

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE VILHENA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SIRLEI DE PAULA LIMA

**INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA
DO INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**VILHENA – RO
Julho, 2018**

SIRLEI DE PAULA LIMA

**INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA
DO INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada a Universidade Federal de Rondônia, como requisito avaliativo para conclusão do curso de Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Esp. Fernanda Emanuelle Souza de Azevedo

VILHENA – RO

Julho, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

L732 Lima, Sirlei de Paula.

Inclusão escolar de um aluno autista do início da escolarização ao Ensino Fundamental: um relato de experiência / Sirlei de Paula Lima. -- Vilhena, RO, 2018.

43 f.

Orientador(a): Prof.^a Esp. Fernanda Emanuele Souza de Azevedo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Inclusão. 2.Escolar. 3.Aluno. 4.Autista. 5.Relato de Experiência. I. Azevedo, Fernanda Emanuele Souza de. II. Título.

CDU 37.042:37.091212

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE VILHENA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO AUTISTA
DO INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO AO ENSINO
FUNDAMENTAL
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

SIRLEI DE PAULA LIMA

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Graduação em Pedagogia e aprovado pelo Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACIE) da Universidade Federal de Rondônia.

Prof^a. MS: Cláudia Justus Torres Pereira
Chefe do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação

Professores que compuseram a banca:

Presidente: Prof^a. Esp. Fernanda Emanuele Souza de Azevedo
Orientadora- Universidade Federal de Rondônia

Membro: Prof^a. Esp. Deisi Oliveira
Universidade Federal de Rondônia

Membro: Prof^a. Esp. Sheila Anete Rodrigues Ferreira
Instituto Estadual de Educação Wilson Camargo

VILHENA-RO
09 de Julho, 2018

Dedico a Deus, pois sem Ele nada do que foi feito teria sido possível, me capacitou mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas no decorrer do curso. Ajudou me chegar com louvor ao fim desse trabalho.

Agradeço meu esposo Ivan da Silva Lima, pela compreensão, incentivo e por passar comigo as angústias acreditando sempre que conseguiríamos, aos meus filhos Felipe de Paula Lima e principalmente ao meu filho Vitor de Paula Lima que foi peça fundamental na construção deste trabalho.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram. Em especial a professora Fernanda Emanuele Souza de Azevedo, excelente pessoa e orientadora sem igual.

Para tudo há uma ocasião certa;
há um tempo certo para cada propósito
debaixo do céu:
Tempo de nascer e tempo de morrer,
Tempo de plantar
e tempo de arrancar o que se plantou,
Tempo de matar e tempo de curar,
Tempo de derrubar e tempo de construir,
Tempo de chorar e tempo de rir,
Tempo de prantear e tempo de dançar,
Tempo de espalhar pedras
e tempo de ajuntá-las,
Tempo de abraçar e tempo de se conter,
Tempo de procurar e tempo de desistir,
Tempo de guardar
e tempo de jogar fora,
Tempo de rasgar e tempo de costurar,
Tempo de calar e tempo de falar,
Tempo de amar e tempo de odiar,
Tempo de lutar e tempo de viver em paz.
Ele fez tudo apropriado ao seu tempo.
Descobri que não há nada melhor para o
homem do que ser feliz e praticar o bem
enquanto vive.

A Bíblia. (ECLESIASTES, 3:12).

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos o tema Inclusão Escolar de um Aluno Autista do Início da Escolarização ao Ensino Fundamental, com Relato de Experiência. A inclusão escolar é um direito assegurado por lei a todos que por quaisquer que sejam os motivos tenham algum tipo de necessidade específica no que se refere ao ensino aprendizagem. Sabe-se também que existe certo distanciamento entre ter direitos assegurados por leis e de fato o aluno ter esses direitos garantidos por ela. E é dentro desta perspectiva que essas discussões foram levantadas ao longo desta pesquisa. Através das pesquisas bibliográficas e do relato de experiência percebemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que possamos afirmar que o nosso sistema educacional é inclusivo na sua totalidade ou pelo menos que possamos dizer que alunos autistas ou com outras necessidades especiais estão em sua maioria recebendo suporte adequado dentro de suas especificidades. Mas também foi possível perceber que tanto nos autores pesquisados como através do relato de experiência vivenciado por nossa família, que a responsabilidade o afeto e o querer fazer um trabalho educacional diferenciado não estão acima das leis vigentes em torno da educação especial, mas também não podemos negar que estas na verdade são algumas das alternativas usadas por educadores que assumem desafios assim como estes dentro da educação, na perspectiva de transformar o espaço escolar em um ambiente mais humanizado, acolhedor aos diferentes e mais inclusivo. Os resultados diante de tais ações são inúmeras a todos quantos se envolvem, a família, a escola, a sociedade de modo geral onde esse indivíduo está inserido e o próprio aluno são alcançados através de pequenos gestos, mas que no entanto produzem grandes efeitos.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar. Aluno Autista. Relato de experiência.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMA	Associação de Amigos do Autista
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações Unidas
SA	Síndrome de Asperger
TDI	Transtorno Degenerativo da Infância
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TID	Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CONHECENDO O AUTISMO	10
2.1	AUTISMO E SUAS CLASSIFICAÇÕES	12
2.2	NOMENCLATURAS	13
2.2.1	<i>TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</i>	14
2.2.2	<i>TRANSTORNO DESINTEGRATIVO DA INFÂNCIA</i>	15
2.2.3	<i>SÍNDROME DE ASPERGER</i>	16
3	RELATO DE EXPERIÊNCIA: O DIAGNÓSTICO	18
4	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O AUTISMO	21
4.1	Sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	25
4.1.2	<i>A Escola Especial</i>	27
4.1.3	<i>Associação de Amigos do Autista (AMA)</i>	29
5	INCLUSÃO ESCOLAR	31
5.1	Legislação e Inclusão	32
6	O Processo de Inclusão do Vitor	35
6.1	Atual Atendimento Educacional Especializado (AEE)	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado a partir das experiências e dificuldades vivenciadas por nossa família desde que nosso filho foi diagnosticado com Autismo (Síndrome de Asperger). Também de suas conquistas, desde quando se iniciou o seu processo de inclusão escolar que foi e tem sido o nosso grande desafio. A pesquisa realizada foi bibliográfica e os autores mais usados foram Eugênio Cunha, Marcos J.S Mazzota e Maria Elisa Caputo Ferreira, com relato de experiência onde são apresentadas as barreiras encontradas desde que começaram a surgir sinais de que deveríamos procurar ajuda de profissionais específicos tanto para área clínica como pedagógica, o tema abordado para esse trabalho foi a Inclusão Escolar de um Aluno Autista do Início da Escolarização ao Ensino Fundamental. Um Relato de Experiência.

Crescer foi um solitário e doloroso caminho. A Síndrome de Asperger não é uma doença, é uma maneira de ser. Não há nenhuma cura, nem é preciso. Há, no entanto, a necessidade de conhecimento e de adaptação por parte das crianças com Asperger, de suas famílias e de seus amigos. Espero que os leitores especialmente aqueles que estão lutando para crescer ou viver com Asperger percebam que as reviravoltas que ocorreram e as escolhas incomuns que fiz acabaram me levando a uma vida muito boa, e possam aprender com a minha história. (Robison, 2008, p. 17).

Assim como este autor relata percebemos que a inclusão está intimamente ligada a adaptação ao meio, por parte da criança, de seus familiares e o ambiente educacional que se está inserido. É direito de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, e que necessitam de algum suporte específico de acordo com sua necessidade serem incluídas em seu processo de aprendizagem. Como são trabalhadas essas questões relacionadas ao direito do aluno e em contra partida o dever da escola quando o assunto é incluir uma criança que precisa de atendimento especial.

Procuramos com a referida pesquisa esclarecer como podem ser trabalhadas questões relacionadas a inclusão escolar de crianças autistas no contexto e ambiente escolar. Como é possível que este processo aconteça de forma mais natural e sem traumas para o aluno, e que não seja um trabalho que represente um fardo para o professor ou para a escola.

Na segunda seção apresentamos um apanhado geral sobre o Autismo e suas classificações que ao longo dos tempos e de acordo com as pesquisas

sofreram algumas alterações relacionadas as nomenclaturas. Hoje o Autismo é classificado em três níveis, sendo estes o Clássico Transtorno do Espectro Autista (TEA), Moderado, Transtorno Degenerativo da Infância (TDI) e Brando Síndrome de Asperger (SA). Na terceira seção expomos o relato de experiência, relacionado ao diagnóstico, o que nos levou a procurar ajuda. E como aconteceu desde o médico até chegarmos a escola.

Logo em seguida na próxima seção falamos sobre a história da educação especial e o autismo. Como foi o processo da educação especial no Brasil, as lutas e conquistas pelos direitos das pessoas com deficiência, quais são as leis e diretrizes que norteiam a educação especial em nosso país. Também fizemos um apanhado geral sobre como aconteciam os processos de ensino as crianças especiais desde as associações como as APAES, sobre as Escolas e Salas Especiais, associação de pais e amigos do Autista (AMA), e por fim nesta seção o que é Inclusão Escolar na perspectiva da legislação.

Na quarta seção o relato de experiência vem apontando sobre o real processo de inclusão, como foi desde o início até os dias atuais. Falamos sobre o atual Atendimento Educacional Especial (AEE) que hoje é a porta de entrada na educação inclusiva.

Nas considerações finais apresentamos os resultados e os avanços alcançados não apenas em relação ao seu aprendizado e desenvolvimento escolar, mas aos significados progressos, principalmente em seu convívio social. Todos esses avanços e conquistas são conseqüências de um trabalho de qualidade e responsabilidade mostrando que a inclusão é possível, mas que essa depende muito da postura e conduta do profissional. Finalizamos esta seção com uma fala na íntegra do principal objeto de minha pesquisa.

Nesta fala ele, Vitor de Paula Lima relata com suas palavras como é ser um Asperger e de como se sente em relação ao seu processo de inclusão hoje na escola em que estuda.

2 CONHECENDO O AUTISMO

Inicialmente o Transtorno do Espectro Autista (TEA) era considerado como sendo uma espécie de esquizofrenia, pois os sintomas e o comportamento dessas pessoas se assemelhavam bastante ao de pessoas esquizofrênicas. São bem seletas em seus relacionamentos e se limitam ao contato com pessoas e com o meio social em que vivem.

Mas em 1943 Léo Kanner, médico pediatra e psiquiatra lançou seu trabalho com o título, “Alterações autísticas do contato afetivo”. Esse trabalho contribuiu para que o autismo fosse diferenciado da esquizofrenia e de outras psicoses, assim Kanner através do seu trabalho usou o termo autista para dar nome a esse transtorno conhecido atualmente pela maioria como TEA.

Kanner (1943) ainda observou em sua pesquisa crianças de cidadania americana que aparentemente não apresentavam nenhuma característica física anormal, ao contrário eram consideradas “normais” bonitas e inteligentes. Porém todas apresentavam problemas no desenvolvimento e demonstravam interesse em se manter isoladas, ele percebeu que elas se sentiam confortáveis nessa situação de isolamento. A esse comportamento o autor denomina de solidão autística e escreve: “O transtorno principal, patognomônico, é a incapacidade que tem essas crianças, desde o começo de suas vidas, para se relacionar com pessoas e situações” (KANNER, 1943, p. 242). No decorrer de suas pesquisas Kanner percebeu que a classe social em nada influenciava em relação a manifestação ou existência do autismo. Kanner (1943) ainda conclui que essas crianças já nascem com suas especificidades, do mesmo jeito que pode acontecer com outras pessoas que nascem com outros tipos de deficiência sendo essa física ou intelectual.

O autismo é um transtorno que causa sérios problemas no desenvolvimento da linguagem e da comunicação, apresentam incapacidades em realizar atividade lúdica afeta a interação e o comportamento social da criança. Cunha (2013) destaca que de acordo com o manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o autismo é caracterizado por prejuízos severos em várias áreas do desenvolvimento, além disso, o transtorno causa limitações e interesses muito restrito no que se refere a interação com o ambiente e também com atividades propostas em grupo.

Cunha (2013) ainda enfatiza que é possível haver comprometimentos severos não verbais, como contato visual, gestos ou expressões faciais, lembrando

que tais comportamentos podem variar de uma pessoa para outra e também do grau de comprometimento de cada um.

As crianças que apresentam comportamento muito atípico mesmo ainda sendo bebê, facilitam a percepção da mãe ou da família, mas nem sempre isso acontece. Normalmente essas características irão se acentuar ou tornar se mais evidente, quando passam a ter contato com pessoas que não são do seu convívio diário, ou até mesmo no início da fase e trajetória escolar.

Essas diferenças podem existir desde o nascimento e serem percebidas logo nos primeiros meses de vida, ou ainda tornarem-se mais visíveis ao longo do desenvolvimento (CUNHA, 2013). Para Cunha essas pessoas ou essas crianças não são menos capazes que as outras ditas “normais”, todos tem capacidade, o que difere é a forma de tratamento e estímulo que cada indivíduo recebe.

Diferente de outras psicoses como a esquizofrenia, por exemplo, o autismo apresenta maior resposta em relação às intervenções terapêuticas. Após serem diagnosticados corretamente, e se receberem o tratamento adequado e as intervenções necessárias, costumam apresentar evoluções significativas no seu desenvolvimento.

As terapias desenvolvidas para auxiliar no tratamento e desenvolvimento dessas crianças geralmente são bastante eficazes, o envolvimento da família e da equipe pedagógica sem dúvida refletem positivamente nos resultados.

O sucesso de uma construção não depende exclusivamente daqueles que nela trabalham. Há fatores que não se podem controlar ou prever com precisão, como o clima ou acidente natural. Entretanto, sabemos que quanto melhor forem a formação e a capacidade daqueles que obram, maiores serão as possibilidades de sucesso. (CUNHA, 2013, p.17).

O trabalho de acompanhamento e terapias nesses casos é lento e bem minucioso, porque esses pacientes precisam primeiro adquirir confiança em relação ao profissional que estará prestando o seu atendimento. Trata se de um processo delicado porque o autismo é considerado um transtorno muito complexo, qualquer situação pode gerar um desconforto muito grande e acabar afetando ou dificultando o trabalho desse profissional sendo ele da área clinica ou educacional. Dessa forma exige se muita dedicação e paciência por parte dos profissionais.

Respeitar o tempo e o ritmo de cada um, saber o momento certo das intervenções são fundamentais dentro desse processo. Atuar sempre de forma que

impulsione a criança propondo desafios possíveis para que ela perceba que é tão capaz quanto qualquer outra pessoa, agir sempre motivando sendo aquele que possibilita o aprendizado e o torna possível.

2.1 Autismo e suas classificações

Não podemos deixar de considerar que esta síndrome ainda está em constante pesquisa, sabemos que seres humanos são seres individuais e nem sempre apresentarão os mesmos sintomas e as mesmas características.

Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isso porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para “Transtorno do Espectro Autista”. (CUNHA, 2013, p. 23).

Cada criança pode apresentar graus, níveis, sintomas e comportamentos diferentes uma das outras. E a cada passo as pesquisas avançam em novas e importantes descobertas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1994), o autismo é classificado como um transtorno generalizado do desenvolvimento, suas causas ainda são incertas as pesquisas afirmam que, desde os meados dos anos de 1940, a medicina tenta desvendá-las, mas ainda não se tem uma causa definida.

A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que não a evidência das causas do autismo. Os estudos apenas apontam que a incidência maior do transtorno está relacionada a meninos, porém quando as meninas são afetadas os casos costumam ser bem mais grave (KANNER, 1943).

Por não apresentar nenhuma característica física, pessoas que sofrem desse transtorno muitas vezes acabam não recebendo o diagnóstico correto e em muitos casos esse diagnóstico acaba sendo tardio. Os sintomas normalmente variam de uma pessoa para outra, pode acontecer de em alguns casos essas pessoas apresentarem convulsões, nestes casos poderão estar associado a problemas neurológico.

Para Cunha (2013) o autismo é uma condição bem específica, como: permanente, a pessoa nasce com o autismo e convive com ele ao longo da vida. É caracterizado por uma serie de comportamentos

Comunicação bem limitada possui bastante dificuldade na interação social, são adeptos de atividades repetitivas, resistem ao contato físico, podem demonstrar hiperatividade física ou calma excessiva, sensibilidade a barulhos, não responder ao serem chamados, se distrair facilmente, ter dificuldade para entender uma linguagem simbólica, dentre outros, claro que essas características variam muito de uma criança para outra. (CUNHA, 2013, p. 24).

Cunha (2013) nos chama a atenção com a afirmativa de que os sintomas são característicos de cada indivíduo, portanto a forma de intervenção também será de acordo com a necessidade. O autor ainda ressalta que é necessário conhecer as peculiaridades que cada pessoa apresentará, nem toda pessoa que tem TEA necessariamente terá os mesmos sintomas ou o mesmo comportamento, sendo assim as intervenções também serão específicas para cada caso.

2.2 Nomenclaturas

Nos meados da década de sessenta o autismo era classificado como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), depois conforme os avanços das pesquisas o termo foi alterado para Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Atualmente é conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Dentro dessa classificação outros transtornos foram englobados nesse conceito, são estes: Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI) e Síndrome de Asperger (SA). Nos três tipos de transtornos é possível observar que há semelhança nas características e no comportamento desses indivíduos. Conforme o autor nos apresenta:

Pouca ou nenhuma interação com o ambiente externo são mais sensíveis ao barulho, dificilmente usam a fala como objeto de comunicação, não mantêm contato visual, não gostam de ambientes agitados, gostam de se isolar, são bem seletos em suas amizades, gostam de brinquedos ou coisas que giram e podem passar horas a fio fazendo a mesma coisa. (KANNER, 1943, p. 23).

Apesar das características se parecerem muito, vale lembrar que cada transtorno tem sua especificidade, porque cada pessoa é única, então seu comportamento também irá se diferenciar mesmo se tratando de uma mesma patologia.

2.2.1 Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta uma série de sintomas e características que são próprias dele mesmo, isso não quer dizer que necessariamente em todos os casos, sempre apresentarão os mesmos comportamentos. Cunha (2013) diz que em alguns indivíduos podem inclusive apresentá-lo de forma silenciosa, e passar despercebido na primeira infância e tornar-se notórios quando esta criança iniciar a fase escolar ou quando passar a ter contato com pessoas que não estão no seu ciclo de convivência diária.

Cunha (2013) continua dizendo que o autismo pode ser confundido com algum outro transtorno de ordem psicológica ou até mesmo doença mental, principalmente no autismo clássico onde os sintomas são bem mais severos.

Conhecer a criança, conhecer o adolescente. Não raro, o professor é quem identifica primeiramente o transtorno, quem primeiro dá o sinal de alerta com respeito ao comportamento do educando. O olhar mais cuidadoso pode levar ao encaminhamento e diagnóstico precoce. Se o diagnóstico precoce torna-se fundamental, devemos considerar ainda as possibilidades pedagógicas que se abrem por meio de uma “avaliação precoce”. (CUNHA, 2003, p. 55).

Diante desses apontamentos entende-se a importância de sempre que houver suspeita de que uma criança possa ser autista, mesmo apresentando os sintomas sempre é indicado que a mesma seja avaliada por uma equipe de profissionais capacitados, só o médico poderá diagnosticá-la.

O termo “precoce” refere-se ao quão cedo se inicia o tratamento. Isso depende, até certo ponto, da precocidade do próprio diagnóstico. Precisamos qualificar profissionais nas áreas de saúde e educação a ficarem atentos às características do autismo e precisamos reduzir o estigma do diagnóstico, para que as pessoas possam iniciar cedo a intervenção (ANDRADE, 2013, p. 90).

A autora deixa claro a importância da capacitação dos profissionais sendo da educação ou da saúde, assim este terá condições de ofertar o suporte necessário dentro de suas possibilidades. Conhecer sobre o autismo e sobre seu cliente, saber como lidar com um autista são estratégias indispensáveis no atendimento que o profissional estará dispensando ao seu cliente tanto relacionado a saúde como ao atendimento relacionado a educação.

Cunha reconhece que esse trabalho é difícil, mas também fala das conquistas, mesmo sendo pequenas ou lentas elas acontecem. “Haverá conquistas

e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão” (CUNHA, 2013, p.119). Os avanços relacionados ao autismo algumas vezes torna-se até imperceptíveis, mas por menor que seja devemos considerá-los como grandes conquistas.

2.2.2 *Transtorno Desintegrativo da Infância*

Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI). De acordo com Camargos (2005), o precursor dessa idéia foi o psiquiatra alemão Heller em 1908. “Esse termo era conhecido como Psicoses Desintegrativas, onde o desenvolvimento ocorre dentro dos padrões considerados normais nos primeiros anos de vida da criança” (CAMARGOS, 2005, p. 24).

Nesse caso observa-se que a criança se desenvolve normalmente até a faixa etária de aproximadamente oito a nove anos, a partir de então começa a regredir perdendo o interesse por coisas que antes fazia com facilidade, preferindo o isolamento de que a companhia de outras pessoas.

Apresenta déficit no desenvolvimento da linguagem, no relacionamento interpessoal e alterações do humor, acompanhadas pela hiperatividade e comportamentos estereotipados, que acabam por comprometer seu desenvolvimento intelectual.

Em alguns casos o autor diz que o “TDI é visto apenas como autismo tardio ou esquizofrenia, porém se não diagnosticado corretamente e receber o suporte necessário este transtorno pode trazer sérios problemas a criança”. (CAMARGOS, 2005, p. 24).

Sempre que uma criança apresentar qualquer indicio de comportamento ou sintoma que se assemelhe a estes, faz se necessária uma avaliação ou uma observação mais atenta por um profissional. E a escola é a principal responsável por identificar a possível necessidade de encaminhar esta criança para este profissional.

Cunha (2013) diz que um olhar atento pode com certeza identificar quaisquer mudança no comportamento da criança por mais precoce que seja.

Por que não observá-los atentamente e buscar instâncias que poderão servir de elementos comunicantes? Por que não tentar descobrir canais sensoriais e afetivos? Afinal, tudo começa pelo afeto. Decerto, no contexto do autismo, a qualidade do trabalho em sala de aula iniciar-se a pela descoberta do aluno. (CUNHA, 2013, p. 54).

Esses questionamentos apontados por Cunha (2013) expressam a importância de observar atentamente como está acontecendo o processo de desenvolvimento das crianças principalmente dentro do contexto educacional. O autor deixa claro que para se alcançar bons resultados e qualidade no atendimento a essas crianças, o educador deverá investir em um bom relacionamento afetivo como base. Cunha (2013) diz que o professor precisa conhecer seu aluno, procurar desenvolver laços de relacionamento e confiança, dessa forma conseguirá identificar quais são as reais necessidades ou possíveis dificuldades de seus alunos.

2.2.3 Síndrome de Asperger

Síndrome de Asperger (SA), essa síndrome deixou de possuir um diagnóstico separado e foi incluída no agrupamento denominado TEA sendo então considerado um tipo mais brando do autismo, sem a presença de muitos danos intelectuais ou verbais.

Recebeu este nome em homenagem a Hans Asperger, pediatra austríaco que, em 1944, estudou e descreveu o comportamento de crianças que neste caso apresentaram algumas características diferenciadas.

Para Camargos (2005) crianças com Asperger são extremamente habilidosas com datas, conseguem reproduzir falas, trechos de filmes ou livros com perfeição dando assim a falsa impressão de um vocabulário extenso, são muito fixadas em assuntos históricos ou pré-históricos como, por exemplo, dinossauros. Também apresentam comprometimento nas interações sociais, na comunicação e na coordenação motora e assim como no TEA e TDI pessoas que tem SA não tem a fala como objeto de comunicação. São falantes, porém não conseguem ser comunicativos, para isso o autor usa o termo ecolalia (forma de afasia repetição mecânica de palavras ou frases que ouve) essa característica é bastante comum no caso da SA.

As crianças que possuem SA normalmente se tornam extremamente focadas por um único assunto e são capazes de discuti-lo por horas ou dias a fio. “Tem boa dicção e preferem conversar com adultos do que com crianças de sua idade, se sentem confortáveis com as rotinas” (CAMARGOS, 2005, p. 24). As mudanças podem causar sérios problemas a eles. Tendem a se isolar, gostam da própria companhia, gostam de ler, e em alguns casos são classificados como

autodidatas (que aprende ler e escrever por conta própria, sem o auxílio do professor), ou até mesmo podem ser comparadas como gênios. A SA é apresentada com a seguinte definição:

A Síndrome de Asperger é um transtorno de múltiplas funções do psiquismo com afetação principal na área do relacionamento interpessoal e na comunicação, embora a fala seja relativamente normal. Há ainda interesses e habilidades específicas, o pedantismo, o comportamento estereotipado repetitivo e distúrbios motores. (CAMARGOS, 2005, p. 25).

O diagnóstico para qualquer um dos transtornos sempre deve ser realizado por meio de equipe multiprofissional, como médico neurologista, psiquiatra, psicólogo, e também por educadores. Em muitos casos esses sintomas ou comportamentos se acentuam quando a criança inicia sua trajetória escolar. Por isso o professor deve estar sempre atento para crianças que apresentarem tais comportamentos (CAMARGOS 2005).

A criança também deve ser submetida a exames laboratoriais e de imagem, para que o médico tenha condições de descartar a existência de alguma patologia, que possivelmente esta criança tenha. Um diagnóstico preciso é fundamental para facilitar o atendimento e o tratamento adequado a essas pessoas.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA: O DIAGNÓSTICO

Neste relato de experiência serão apresentadas algumas situações que vivenciamos em relação ao nosso filho Vitor de Paula Lima, desde o nascimento e aos nove anos de idade foi diagnosticado com Síndrome de Asperger. Sendo ele nosso segundo e ultimo filho, de uma gravidez tranqüila e saudável, nascido nas quarenta e duas semanas de gestação de parto cesariana pesando 3.360kg. No primeiro mês de vida teve algumas complicações de saúde. Foi diagnosticado com Coarctação congênita da Aorta (um estreitamento que ocorre na artéria Aorta, sendo esta o maior vaso sanguíneo responsável por levar sangue rico em oxigênio para todo o corpo humano). Recebeu tratamento ambulatorial e cirúrgico para correção da anomalia.

Desde então vem apresentando bons resultados em seu tratamento cardiológico, já que anualmente passa por retorno médico onde é submetido a exames de imagem, e sempre estes exames apresentam resultados positivos e satisfatório segundo o médico cardiologista que o acompanha.

Em relação ao seu desenvolvimento motor apresentou certo atraso, devido ao tratamento cardiológico que o mesmo foi submetido, este atraso foi corrigido e sanado com tratamento de fisioterapia ainda em seu primeiro ano de vida, mostrando que teve bom aproveitamento de acordo com as etapas do desenvolvimento infantil.

Quando iniciou sua trajetória escolar, foram inúmeras as dificuldades enfrentadas. Não sabíamos dos conflitos em relação ao seu jeito de ser e de se relacionar com as pessoas. No que se refere ao rendimento escolar, apenas percebíamos que seu aprendizado e desenvolvimento não estavam acontecendo como pensávamos ou como esperávamos que devesse acontecer.

Desde a pré- escola não conseguia se adaptar ao ambiente escolar chorava o tempo todo, não se socializava com as outras crianças, colocamos e o tiramos várias vezes da escola, pensávamos se tratar do processo de adaptação que toda criança enfrenta no inicio da fase escolar. E assim com muita dificuldade concluiu a pré- escola.

No segundo ano dos anos iniciais, as dificuldades basicamente eram as mesmas, porém ele passou a usar estratégias onde simulava estar sentindo se mal para que não o levássemos a escola, dessa forma conseguia um álibi para faltar as aulas que para ele eram com toda certeza um tédio, sem nenhum significado.

Não conseguia acompanhar a turma de forma alguma, não realizava as atividades proposta pela professora, nem ao menos copiava o que era passado na lousa, ficava sempre isolado e não demonstrava interesse algum pelas aulas e pela escola.

Foi nesta fase que as preocupações em relação ao seu desenvolvimento e aprendizagem escolar aumentaram. Solicitamos então que a escola o encaminhasse para um atendimento psicológico que de pronto nos atendeu, depois de algumas seções com a psicóloga, ela o encaminhou para um médico neurologista por apresentar uma irritabilidade atípica para sua idade.

O médico neurologista solicitou exames de imagem e laboratoriais, constatando que se tratava de um leve retardo mental (manchas no cérebro). Receitou algumas medicações (Ritalina e Tofranil), e dizendo que este seria o tratamento adequado para aquele problema. Não satisfeitos com esse diagnóstico, algum tempo depois o levamos para uma nova avaliação, porém desta vez com um especialista Neuropediatra. Este por sua vez repetiu todos os exames de imagem e laboratoriais, também realizou alguns testes específicos de coordenação motora, concentração e raciocínio.

Foi a partir de então que recebemos o diagnóstico de Síndrome de Asperger (SA), nessa época ele estava com nove anos de idade, de acordo com o médico seu diagnóstico já pôde ser considerado tardio, pois quanto antes a criança receber o diagnóstico maiores as possibilidades de tratamento e atendimento dentro de sua necessidade.

No início levamos um choque, como mãe não tinha idéia do que se tratava e como lidar com uma situação assim, o que sabíamos é que precisávamos fazer algo por nosso filho. Mesmo sem sabermos ao certo do que se tratava e de como poderíamos ajudá-lo, nos esforçamos para entendê-lo, e atendê-lo dentro de suas necessidades, principalmente no que se refere ao relacionamento interpessoal e convívio familiar.

O médico na época nos orientou a buscarmos literaturas que tratavam desse assunto, para que pudéssemos entender melhor sobre a SA, inclusive nos indicou alguns autores, afirmando que quanto mais lêssemos sobre o assunto mais teríamos informações e condições de ajudá-lo. Assim fizemos começamos a buscar informações sobre o que seria SA e como poderíamos ajudar nosso filho.

Com o laudo médico em mãos procuramos novamente a escola, pois no mesmo havia algumas orientações específicas de como deveria ser seu atendimento no ambiente escolar. O laudo especificara a SA bem como algumas recomendações que a escola deveria oferecê-lo, sendo estes: Necessitava sentar-se à frente e ao centro da sala, deveria frequentar sala de recursos, as atividades avaliativas deveriam ser individualizadas com releitura das mesmas, realizar terapia cognitiva, e também deveria iniciar Atendimento Educacional Especializado (AEE), e se possível ter acompanhamento com psicopedagogo ao menos uma vez ao mês.

4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O AUTISMO

Nesta seção apresentaremos um relato sucinto da história da educação especial no Brasil, bem como as conquistas e avanços que aconteceram ao longo do tempo.

Durante os séculos XVIII e XIX, pessoas com necessidades especiais eram tidas como doentes, eram consideradas pessoas “anormais”. Para isso a autora faz uma breve descrição de como eram tratadas as pessoas que tinham alguma deficiência ou algum tipo de necessidade especial nesse período:

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antigüidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham outra alternativa senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época (CORRÊA, 2010, p.16).

A partir do século XX as coisas foram mudando, esses indivíduos começaram a ser aceitos na sociedade. Assim entende-se que a pessoa com deficiência não é uma pessoa doente, ela apenas tem uma limitação ou uma forma diferente de aprender, isso não a torna impossibilitada ou incapaz.

Mazzotta (2011) afirma que os direitos de cidadania de pessoas com deficiência ainda é algo muito novo para nossa sociedade, ainda causa certa estranheza para alguns. Diz ainda que as manifestações em defesa a causas como esta acontecem de forma isoladas através de pessoas ou de pequenos grupos e associações que acabam reivindicando os direitos desses cidadãos e travam longas e cansativas batalhas, buscando fazer valer seus direitos.

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos de portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (MAZZOTTA, 2011, p.15)

A luta pelos direitos de pessoas com deficiência deveria ser responsabilidade da sociedade, não apenas de alguns grupos ou de seus familiares.

Podemos observar que a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 é clara ao especificar que todas as pessoas

devem ser tratadas de maneira igualitária sem distinção em relação a sua deficiência, esta determinação da lei diz que:

Art. 4º. Todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei e não sofrerão nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa. Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2013, p.10).

A LBI (2013) com certeza é uma conquista em relação aos avanços dentro da história da educação especial em nosso país. No início da década de 1990 países pobres apontavam que mais de 100 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica; e que apenas 2% de uma população com deficiência, estimada em 600 milhões de pessoas, recebia qualquer modalidade de educação.

A Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (UNESCO, 1990) diz que:

Essas evidências estimularam o consenso sobre a necessidade de concentrar esforços para atender as necessidades educacionais de inúmeros alunos até então privados de direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica. (UNESCO,1990, p.6).

Em 1994 surge a Declaração de Salamanca, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, realizada na Conferência Mundial sobre as Necessidades Especiais, e com a participação de representantes de diversos países, inclusive o Brasil (RESENDE, 2010). Onde reconheceram a obrigação de o ensino chegar a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

Cunha (2013) diz que no passado alunos com essas necessidades educativas especiais eram atendidos em instituições específicas de ensino. Ainda de acordo com o autor a educação inclusiva está presente no nosso dia-a-dia, porque toda criança tem direito à educação de qualidade.

Seguindo o pensamento defendido por Cunha (2013), entende-se que a escola e toda sua equipe gestora deverão receber qualificação específica para incluir as crianças com necessidades especiais propondo uma inclusão verdadeira ao seu alunado. O educador é o principal responsável em possibilitar o conhecimento, e a interação social, aos seus alunos, mas para isso ele também precisa receber

qualificação e capacitação, não se trata de apenas colocar crianças com necessidades educativas especiais dentro da sala de aula e exigir que o professor realize um trabalho com este aluno sem oferecer a ele o devido suporte:

O trabalho do professor se inicia, sem dúvidas, na sua formação. Note-se uma grande dificuldade de se construírem práticas de ensino como alternativas para a superação dos obstáculos quando se fala do acesso a da permanência de alunos com dificuldades de aprendizagem na escola. (CUNHA, 2013, p. 43).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 definem no capítulo V que “a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos mesmos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, p. 25).

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais é lei no âmbito nacional. Portanto, a escola para se tornar inclusiva deve se atentar para a capacitação de sua equipe gestora para atender esse público de alunos, fazendo com que todos sejam beneficiados, de acordo com cada necessidade, esse é um dos papéis da escola.

A LDB Lei nº. 9.394, (BRASIL, 1996), ampara ainda as crianças vítimas do trabalho infantil e da exploração sexual e também aquelas que se encontram fora da escola. Essa mesma lei defende ainda que todas as crianças, “mesmo aquelas com distúrbios mais severos, têm o direito de freqüentar uma escola regular” (BRASIL, 1996, p. 8). Em 2006, foi aprovada pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. O documento em questão defende que é dever do estado garantir que pessoas com deficiência tenham direitos de igualdade e de não serem discriminadas por causa de suas respectivas deficiências.

Segundo Cunha (2013), em relação ao aluno diagnosticado com o TEA, o maior avanço dos últimos tempos diz respeito a recente publicação da Lei nº12.764, de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Cunha (2013), afirma que a publicação dessa lei representa um importante avanço na consolidação de políticas públicas inclusivas ao aluno autista, livres de preconceito e distinções. Dentre os benefícios trazidos com a promulgação da lei

está o fato de que o autismo passa a ser considerado como uma deficiência, assim ele diz:

O que significa essa lei? Dentre outros benefícios, o autismo passa a ser considerado uma deficiência. Destarte, milhares de pessoas com o transtorno terão direito ao atendimento especializado na educação. Porém, reconhecer o valor desse triunfo não nos desobriga do reconhecimento da realidade cotidiana na educação em nosso País. (CUNHA, 2013, p.16).

A conquista por uma educação inclusiva é o resultado de várias lutas travadas por representantes de diferentes classes, mas que buscavam o mesmo objetivo, incluir crianças com necessidades educativas especiais no contexto do processo de ensino e aprendizagem. Cunha (2013) também observa que a conquista gerada pela aprovação desta lei, não automatiza o trabalho desenvolvido pelos educadores, apenas abrirá novos caminhos para se atuar dentro da realidade da educação do nosso país. Segundo a LDB nº9.394 (BRASIL, 1996) o profissional que prestará o atendimento ao aluno deve ter especialização em Educação Especial, esse atendimento deve ser ofertado pela escola em horário oposto as aulas. E os atendimentos devem ser em sala individual com recursos pedagógicos. Também cabe a este educador auxiliar os alunos em atividades complexas onde apresentem tais dificuldades em relação ao aprendizado e desenvolvimento escolar.

A LDB nº9.394 (BRASIL, 1996) diz que toda criança tem direito a educação escolar de qualidade essa educação escolar de qualidade implica exatamente em atender essas crianças dentro de suas necessidades sendo físicas ou intelectuais.

A escola, como uma instituição voltada para a informação e a formação poderia ser um espaço que se preocupasse em tornar os alunos mais humanos. Assim entendida, ela representa um lugar favorável a que todos que a procuram possam ser bem vindos para colaborar no trabalho realizado. Cada um deveria fazer parte do seu contexto como um membro valorizado e, por sua vez, alunos e profissionais deveriam apoiar-se mutuamente, uns aos outros, como aprendizes ativos, dinâmicos e recíprocos. (FERREIRA, 2003, p. 42).

A autora aqui destaca o verdadeiro papel e responsabilidade da escola bem como de seus alunos, nem um nem outro devem se eximir de tal responsabilidade, quando a escola procura oferecer apoio ao professor e sua equipe pedagógica, também estará demonstrando sua preocupação para com seus alunos, assim ambos estarão trabalhando de forma a promover a inclusão dentro das possibilidades.

Sabemos que existe certo distanciamento entre o que a lei determina e o que de fato acontece dentro dos ambientes educacionais. Isso se deve a inúmeros fatores tanto por parte da escola bem como de profissionais da educação. “O professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também em razão da função social do seu papel. O professor precisa ser valorizado, formado e capacitado”. (CUNHA, 2013, p.17).

Cunha (2013) deixa claro que desvalorização e a falta de capacitação do profissional, são decisivas para que crianças não recebam o atendimento que lhes é garantido pela Lei nº9.394/96, e conseqüentemente não estarão sendo inclusas.

Quando há envolvimento, interesse, esforço, dedicação, percepção e motivação da equipe pedagógica em relação ao aluno especial, então fica claro e evidente que mesmo com a deficiência em relação a educação ainda assim é possível oferecer um atendimento diferenciado de qualidade, realizando o mínimo que esse aluno necessita para avançar em seu aprendizado.

4.1 Sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade que visa prestar atendimento específico as pessoas com alguma necessidade educativa especial.

Mazzotta (2011) relata que em 1926 foi criado no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre o Instituto Pestalozzi por um casal de professores, sendo o primeiro no Brasil a prestar atendimento educacional a crianças com retardo mental. Este funciona oferecendo atendimento a pessoas deficientes mentais com internamentos, oferecidos através de convênios nas instâncias Federais e públicas. Ainda diz que um ano depois o Instituto foi transferido para Canoas, no rio grande do Sul, como internato para pessoas deficientes mentais.

Segundo Mazzotta (2011) esse movimento acabou se espalhando por todo o país. Em 1935 agora em Minas Gerais também foi criado o Instituto Pestalozzi através do secretário de educação na época Dr. Noraldino de Lima do estado de Minas Gerais. Mazzotta (2011) ainda segue dizendo que em 1948, no Rio de Janeiro foi fundado a Sociedade Pestalozzi do Brasil, e todos com a mesma idéia de desenvolver trabalhos com essas pessoas como, oficinas, trabalhos artesanais,

atividades ligadas ao campo. Também realizava cursos preparatórios com o intuito de oferecer atendimento especializado para deficientes mentais.

Acreditavam que essas pessoas tinham plenas condições de desenvolver atividades mesmo sendo simples, o aprendizado e desenvolvimento eram então facilmente percebidos através destas iniciativas.

Em São Paulo, segundo Mazzotta (2011) foi fundada em 1952, e todas as unidades foram caracterizada como uma sociedade que não visa rendimentos financeiros e sua utilidade é pública Federal Estadual e Municipal. Sua principal característica é ser entidade assistencial desenvolvendo trabalho educacional escolar. No dia 11 de Dezembro de 1954 foi fundada na cidade do Rio de Janeiro primeira Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE).

A APAE do Rio de Janeiro teve como seu primeiro presidente o Almirante Henry Broadbent Hoyer. Com o apoio do governo federal, através do Presidente Castelo Branco, foi adquirido um prédio, com boa área de terreno, a Rua Bom Pastor, onde se encontra a sede da APAE. (MAZZOTTA, 2011, p. 49).

Essa foi uma importante conquista para as APAEs, porque a partir desta data o governo passou a disponibilizar mais ajuda financeira, acordos e leis foram estabelecidos também nesta época. Autoridades foram induzidas a contribuir e também iniciou-se o processo de capacitação de pessoas para trabalhar com essas crianças. Mazzotta (2011) faz uma importante observação em relação ao atendimento educacional, dizendo que o governo assume em nível nacional essa responsabilidade criando campanhas voltadas especificamente para o ensino aos excepcionais.

Esse posicionamento por parte do governo federal refletiu positivamente porque a partir de então várias campanhas foram encabeçadas e sempre apresentaram resultados positivos e muito satisfatórios para as APAEs.

Hoje as APAEs desenvolvem um trabalho excepcional em relação ao atendimento oferecido as crianças e adolescentes especiais. Realizam atividades artesanais, trabalham com hortas, fazem terapias inclusive com animais, fisioterapias, natação, tem acompanhamento com psicopedagogo trabalham desenvolvimento motor. Proporciona ensino aprendizagem, todo o trabalho realizado é muito importante para essas crianças e familiares.

4.1.2 *Escola ou Salas Especiais*

A escola especial ou salas especiais foram pensadas na tentativa de se inserir crianças que possuíam alguma dificuldade relacionada ao aprendizado no ensino regular, no entanto o atendimento educacional especial cresceu consideravelmente, mas esse atendimento era oferecido fora das classes regulares em classes separadas.

Mazzotta (2011) lembra que em razão do estado se abster em relação ao atendimento das pessoas com deficiência, a sociedade acaba assumindo tal responsabilidade de ela mesma construir instituições para oferecer atendimento a pessoas com necessidades especiais. Ele usa como exemplo a fundação do Instituto Pestalozzi em Canoas estado do Rio Grande do Sul em 1926.

Ferreira (2003) inicia dizendo que no Brasil é cada vez maior a discussão relacionada a questão da inclusão de alunos especiais no sistema regular de ensino, a autora ainda segue dizendo que essa discussão talvez seja a mais relevante em torno desse assunto.

A escola pública, assumida atualmente como veículo de inclusão, não só das pessoas com deficiência, mas de todos que não se enquadram no padrão imaginário do aluno "normal" Além disso, as classes especiais tornaram-se verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. (FERREIRA, 2003, p.108).

Podemos observar através do posicionamento da autora que de fato só colocar crianças que não conseguem se adaptar em salas de aula convencionais nesses espaços ou nessas classes sem nenhum suporte adequado, de forma alguma teremos avanços e também não estaremos incluindo ao contrário é uma espécie de exclusão brutal com esses alunos. Ferreira (2003) considera que a criação dessas classes especiais para atender pessoas com alguma deficiência, em especial as com deficiência mental, serviram apenas para resolver problemas relacionados as salas de aula regulares que tinham que conviver com esses alunos.

Ao invés de incluir, o que de fato acontecia era a exclusão de alunos com suas necessidades específicas. Ferreira (2003) observa que a inclusão não se trata apenas de segregar crianças em um único espaço, não podemos ver tal atitude como sendo inclusiva o que precisa ficar claro é que tipo de suporte que se está de fato oferecendo. O contato com as outras crianças dentro do mesmo espaço de aprendizagem sempre será muito bom para o desenvolvimento de crianças com

necessidades educativas especiais, o relacionamento interpessoal contribui positivamente. Dessa forma entendemos que em alguns casos este aluno estará tendo seus direitos de inclusão garantidos atuando dentro do mesmo contexto de outras crianças ditas “normais.”

Isso significa que a pessoa com deficiência deve ter um ritmo de vida natural, com horários preestabelecidos para a escola ou para o trabalho, o que inclui, ainda, ter liberdade de escolha desejos respeitados e considerados. Trata-se de tornar a vida de todos o mais comum possível. Não se trata de transformar a pessoa com deficiência em um indivíduo biologicamente normal, mas de adequar os recursos existentes às suas reais necessidades (FERREIRA, 2011, p. 113).

De acordo com a fala da autora fica claro que a pessoa com deficiência deve sempre ser estimulada para que suas dificuldades possam ser superadas naturalmente, sem a pretensão de torná-la “normal”, mesmo tendo limitações isso não a torna inferior, ela certamente tem uma forma diferente de aprender, e a convivência com outras pessoas a ajudará a se perceber diferente e não incapaz.

Embora as classes especiais funcionassem dentro das escolas, eram pensadas de forma que os alunos que a freqüentasse não pudesse se relacionar com os demais alunos da escola.

A possibilidade de alteração no desempenho de uma pessoa pela interferência de outra é fundamental, na teoria de Vygotsky. Assim, podemos inferir que o processo ou o insucesso da aprendizagem da criança com deficiência é, muitas vezes, o reflexo da intervenção pedagógica e do perfil do professor que, com ela, atua como mediador no processo ensino-aprendizagem. (FERREIRA, 2003, p. 99).

A autora Ferreira (2003) ainda segue dizendo que a interação das crianças com o meio é fundamental e decisivo no processo do seu aprendizado. Existem fatores que precisam ser considerados, o ambiente que acontece o aprendizado deve estar associado de alguma forma ao desenvolvimento desse aluno.

Cada indivíduo possui seu potencial e suas capacidades não podem ser diminuídas devido a limitações que o cercam. “Acreditando no potencial e nas possibilidades dos alunos, muito pode ser feito”. (FERREIRA, 2003, p. 100). O educador atua diretamente nesse processo de valorização do seu aluno, acreditando sempre que este pode seguir avançando, mesmo que em ritmo menor relacionado a outros. “Cabe, no entanto, ao professor descobrir e incentivar o lado construtivo de

cada um”. (FERREIRA, 2003, p.100). A educação inclusiva deve ser pensada na necessidade e no potencial que cada aluno tem não em suas dificuldades, os desafios são constantes no dia a dia de uma pessoa com necessidades especiais, mas a superação também é algo que faz parte da vida desses indivíduos.

4.1.3 Associação de Amigos do Autista (AMA)

A Associação de Amigos do Autista foi fundada a partir da necessidade de pais e familiares de crianças autistas. Essas famílias tinham em comum a dificuldade em lidar com essas crianças, já que o autismo é um transtorno muito complexo e os pais não sabiam ao certo como deveriam proceder diante das situações conflituosas enfrentadas com seus filhos. Então começaram a se reunir e trocar experiências e perceberam que tinham muitas coisas em comum no que se referia ao comportamento de seus filhos.

Mello (2013) relata que em 1983, na cidade de São Paulo, pais e familiares de crianças com TEA fundaram a Associação de Amigos do Autista (AMA). Tinham como objetivo se unirem oferecendo apoio um ao outro trocando experiências. Trata-se de uma associação que trabalha com seriedade e atende crianças autistas, também oferece suporte e informações aos seus respectivos familiares.

Naquela época, não existia no Brasil nenhuma associação dedicada ao autismo legalmente registrada. Havia alguns pequenos projetos dedicados ao autismo e alguns grupos de pais pensando em organizar-se, mas nenhum conseguia avançar muito, porque o autismo era praticamente desconhecido e considerado uma doença muito rara. (MELLO, 2013, p. 21).

Se atualmente as informações que se tem a respeito do autismo ainda são consideradas poucas ou insuficientes e complexas, que dirá há cerca de trinta anos atrás. O autismo ainda é uma incógnita, são muitos os questionamentos envolvendo esse transtorno.

Dentre tantas preocupações existentes com a fundação dessa associação, uma delas está relacionada a possibilitar que as pessoas recebessem informações sobre o TEA, possibilitando maiores oportunidades de desenvolvimento das mesmas. “As maiores preocupações desde a fundação da AMA foram desenvolver o conhecimento sobre o autismo no país e abrir oportunidades de desenvolvimento para crianças com autismo” (MELLO, 2013, p. 22). A informação sempre será a

melhor forma de lidarmos com o novo e com algo desconhecido, também de combatermos os preconceitos existentes. A AMA desde a sua fundação vem trabalhando de forma a divulgar e propagar informações aos amigos e familiares de pessoas com TEA.

Mello (2013) relata sobre uma grande campanha promovida pela AMA em 1987, que teve uma enorme repercussão a nível nacional nas redes de telecomunicações, a campanha tratava especificamente sobre o que as pessoas sabiam sobre o TEA. “a grande virada da AMA se deu em 1987, com a campanha “Você sabe o que é autismo? Passando em rede nacional e em horário nobre em todos os canais de TV, inclusive na TV Globo” (MELLO, 2013, p. 23). A autora segue dizendo que a campanha realizada na época pela AMA acabou abrindo outras portas, atores famosos e empresários inclusive na rede de publicidade ofereceram parcerias em apoio a AMA. O trabalho foi se multiplicando cada vez mais, também aumentaram significativamente a procura por atendimento para crianças autistas na AMA.

Mello (2013) esclarece que atualmente a AMA desenvolve um excelente trabalho em apoio as famílias e crianças autistas, é conveniada com o governo do Estado de São Paulo inclusive cedendo professores. Todas as conquistas foram possíveis através de muita luta de pessoas que se dispuseram a essa causa. A associação tem como missão:

Proporcionar à pessoa com autismo uma vida digna: trabalho, saúde, lazer e integração à sociedade. Oferecer à família da pessoa com autismo instrumentos para a convivência no lar e na sociedade. Promover e incentivar pesquisas sobre o autismo, difundindo o conhecimento acumulado. (MELLO, 2013, p. 33).

Trabalhos assim são de extrema importância não apenas para as pessoas com autismo, mas também para seus familiares que muitas vezes não sabem como agir quando se deparam com o diagnóstico de uma criança é autista.

5 INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva tal como a conhecemos atualmente pode ser entendida como o resultado de um longo processo histórico, passando por diferentes fases até chegar ao modelo que atualmente temos. Isso só foi possível porque profissionais da educação acreditaram que pessoas mesmo com limitações eram capazes de se desenvolver dentro do processo ensino aprendizagem.

A educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável. Numerosos são os educadores e legisladores que a vêem como meritória obra de alguns “abnegados” que se dispõem a tratar de crianças e jovens deficientes físicos ou mentais. O sentido a ela atribuído é, ainda hoje, muitas vezes, o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. (MAZZOTTA, 2011, p.11).

O autor aqui relata como a educação inclusiva é vista e como os profissionais e até o próprio governo trata desse assunto. A educação inclusiva não pode ser vista ou executada como assistencialismo a pessoa deficiente.

Mazzotta (2011) fala que a falta de informação nos tempos passados faziam com que as pessoas enxergassem os deficientes como pessoas incapazes e por isso eram desprezadas. “A falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência por “serem diferentes” fossem marginalizadas e ignoradas”. (MAZZOTTA, 2011, p.16). Ele ainda segue dizendo que nos dias atuais as coisas não são tão diferentes, não se sabe muito sobre necessidades educacionais especiais, muito se tem falado em atender essas pessoas, mas o que será que de fato pode ser entendido como atender pessoas com necessidades educacionais especiais.

Mazzotta (2011) diz que no Brasil o atendimento escolar especial teve início na década de 1950, por D. Pedro II com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Ele ainda salienta que mais tarde esse Instituto passou a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao professor matemático Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma nova visão da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. (BATISTA, 2006, p. 17).

Desse modo as contribuições para o atendimento educacional especial foram e ainda tem sido fundamental para que crianças que precisam de tais atendimentos também possam ser beneficiadas.

Três anos depois foi fundado também na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos. A partir desses Institutos iniciou as discussões em torno da educação dos portadores de deficiência.

Reconhecer a evolução de atitudes dos não deficientes e dos portadores de deficiência em busca do conhecimento e aceitação mútua, bem como a importância da organização de tais movimentos sociais, implica não cometer o equívoco de concordar com posições tais como aquela segundo a qual “quem entende de deficiente é o deficiente”. Agindo segundo esta posição, tanto os “deficientes” quanto os “não deficientes” solidificam, cada vez mais, a abordagem estática das relações entre as pessoas e das pessoas com seu ambiente. (MAZZOTTA, 2011, p.70).

Foram muitos os avanços e muitas as conquistas no que se refere a educação inclusiva, mas ainda entende-se que falta muito o que fazer para que possamos afirmar que a inclusão escolar no nosso país seja de fato verdadeira e eficiente.

5.1 Legislação e Inclusão

A escola é um dos ambientes em que mais se fala em inclusão, é um lugar onde crianças ditas “normais” estão cada vez mais em convivência com outras crianças que possuem alguma deficiência. O espaço escolar é um dos lugares mais adequados para assuntos e ações de inclusão, valorização humana, e informação.

A escola, como uma instituição voltada para a informação e a formação, poderia e deveria ser um espaço que se preocupasse em tornar os alunos mais humanos. Assim entendida, ela representa um lugar favorável a que todos que a procuram possam ser bem vindos para colaborar no trabalho realizado. Cada um deveria fazer parte do seu contexto como um membro valorizado e, por sua vez, alunos e profissionais deveriam apoiar-se mutuamente, uns aos outros como aprendizes ativos, dinâmicos e recíprocos. (FERREIRA, 2003, p. 42).

A autora coloca que todos são responsáveis por tornar o ambiente escolar em um espaço inclusivo, dinâmico e possível. “Inegavelmente, a educação tem um papel de destaque na formação do cidadão. E o ser humano, em geral, tende a pensar que a pessoa com deficiência não precisa aprender, não precisa formar-se nem se informar”. (FERREIRA, 2003, p. 42). Ao comungarmos com uma idéia assim

estamos de forma muito clara promovendo a exclusão de pessoas do contexto educacional, privando-as de direitos garantidos por leis que as protegem. Todos são capazes mesmo que dentro de suas limitações.

Nosso país é regido por uma constituição que garante direitos a cada cidadão brasileiro. A constituição Brasileira diz que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, e à igualdade”. (Brasil, 1988, p. 17). Também temos leis específicas que garantem os direitos para pessoas com deficiência, incluindo pessoas autistas.

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 no capítulo I, art. 2º classifica uma pessoa com deficiência dentro de algumas especificações e são elas:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 10).

A igualdade de condições que a lei nos aponta refere-se também ao convívio com outras crianças não apenas no contexto de sala de aula, mas de toda a comunidade escolar.

González (2007) diz que o direito da igualdade do ensino está relacionado com a forma que esta criança é atendida, com recursos que atendam suas especificidades e receba as intervenções por parte do professor de acordo com sua forma de aprender. O mesmo autor ainda continua a afirmar que os decretos e leis existentes em torno da educação especial trazem descrições dos objetivos a serem alcançados e são:

Nesses decretos é feita uma verdadeira descrição do objetivo da educação especial. Pretende-se que os alunos que precisam de atendimentos educacionais diferenciados, temporários ou permanentes, possam alcançar, dentro do mesmo sistema, um grau de desenvolvimento e maturidade tal que, lhes proporcionem a melhor qualidade de vida possível nos âmbitos pessoal, familiar, social e profissional. (González, 2007, p. 20).

Segundo Martins (2006) a constituição Brasileira de 1988 no art. 208 já definia como dever do estado garantir o atendimento educacional especializado para pessoas deficientes, inclusive preferencialmente na rede regular de ensino. Ele também fala sobre as garantias da Lei em relação ao direito de acesso dessas pessoas na escola. E que a mesma não pode negar atendimento ao aluno que

necessita desse atendimento, cabendo inclusive punições legais para quem negar matrícula para um aluno por ser deficiente.

Carvalho (2007) aponta algumas especificações da LDB sobre a inclusão de alunos portadores de deficiência física ou mental, dizendo que os mesmos devem receber atendimento igualitário no que se refere ao ser humano, de acordo com as normas da Lei e também conforme as necessidades de cada aluno, mas que não se pode deixar de considerar é que a educação sempre deverá ser pensada na perspectiva de estabelecer parcerias entre o poder público e outros setores, para que assim todos possam ter seus direitos assegurados. Ele aponta algumas estratégias e parcerias que podem contribuir positivamente na educação inclusiva.

Na educação essas parcerias são indispensáveis e têm sido estimuladas. No caso da educação de pessoas com necessidades especiais, elas têm se concretizado por meio de convênios entre o poder público e o terceiro setor, particularmente com ONGs, estabelecendo-se a participação de cada segmento. O que me parece ainda incipiente são as articulações/ parcerias internas nos próprios órgãos formuladores e implementadores da política de inclusão educacional escolar. Em outras palavras, constato que o setor responsável pela educação especial ainda congrega, predominantemente, seus pares, apesar de a inclusão precisar da parceria de todos os educadores, particularmente os do ensino regular. (CARVALHO, 2007, p. 121).

Dessa forma entende-se que a responsabilidade e o dever em relação à educação especial pertencem a todos e não apenas a uma única classe. Ao pensar em inclusão não podemos deixar de considerar o real significado desta palavra.

O conceito de inclusão escolar está relacionado com o ato de inserir uma pessoa em um contexto social e educacional ao qual ela antes não pertencia independente de sua limitação. “É definido como uma ajuda educacional adicional ou diferente em relação às ajudas prestadas de maneira geral a crianças que ingressam na escola” (GONZÁLEZ, 2007, p. 18). Dessa forma a comunidade escolar promove a igualdade do ensino aprendizagem e permanência neste ambiente educacional para todos.

Tanto o Estado, como a família, a escola e a sociedade são de iguais formas responsáveis por garantir o acesso e a permanência de todas as crianças na escola podendo elas serem especiais ou não, quando cada um assume suas responsabilidades todo o trabalho acaba se tornando mais eficaz e sem dúvidas todos são igualmente beneficiados.

6 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO VITOR

Ao recebermos o diagnóstico de SA do nosso filho, iniciamos a partir de então uma jornada que logo percebemos que não seria nada fácil.

O médico neurologista foi bem claro conosco a respeito dos direitos garantidos por lei a toda pessoa com qualquer necessidade específica, também nos orientou a forma ideal que a escola e toda a equipe de colaboradores deveriam proceder em relação ao seu ensino.

A partir de então fomos em busca dos direitos e auxílios fornecidos pelo governo respaldados pelo médico, mas para nossa surpresa nos foi negado sob a alegação de que a criança não necessitava de qualquer tipo de auxílio, por não apresentar qualquer deficiência visível.

Em relação ao atendimento escolar o médico também fez algumas observações bem específicas como: Deveria assentar-se a frente e ao centro da sala de aula, suas atividades deveriam ser diferenciadas das demais crianças com ilustrações e gravuras para facilitar a compreensão, deveria freqüentar sala de recursos, e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), suas atividades avaliativas deveriam ser realizadas com o auxílio de um professor específico do AEE, ter o direito a releitura de prova por terceiro, realizar atividades de coordenação motora, raciocínio lógico e concentração periodicamente para facilitar seu desenvolvimento ensino e aprendizagem.

Ao chegamos à escola municipal em que ele estudava na época no segundo ano dos anos iniciais com as orientações recebidas do médico, de certa forma nos sentimos até um tanto quanto constrangidos por parecer que estávamos exigindo além do que a escola poderia nos oferecer. Não demorou muito fomos informados que deveríamos mudá-lo de escola, sob a justificativa de que a escola não possuía suporte adequado para atender as necessidades do aluno, e que sem este suporte ele ficaria prejudicado em seu desenvolvimento educacional.

Fomos orientados pela escola que deveríamos procurar outra instituição que pudesse atendê-lo dentro de suas necessidades, sob a justificativa que a escola em questão não dispunha desse atendimento.

Nesta época conseguimos matriculá-lo em uma escola de segmento particular que além de aceitá-lo também ofereceu meia bolsa. Como pais nos sentimos felizes embora a escola fosse bem pequena, mas oferecia um atendimento muito bom aos seus alunos, não apenas aos especiais, mas a todos de modo geral.

A professora conseguia dispensar um acompanhamento bem diferenciado em suas atividades já que em sua turma tinham apenas sete alunos matriculados e freqüentes, isso refletiu de maneira muito positiva no seu desenvolvimento escolar, foi neste período que houve um avanço bastante significativo no processo de aprendizagem. Infelizmente por questões financeiras não foi possível dar continuidade com ele nesta escola e no ano seguinte fomos obrigados a mudá-lo novamente de escola, desta vez o colocamos em uma escola também municipal, mas que trabalhava na época com o ensino educacional especializado. Por se tratar de uma instituição que atendia crianças com necessidades educativas especiais ele receberia o atendimento no AEE e com um professor especializado no ensino educacional especial.

Ao chegarmos nesta outra escola fomos muito bem recebidos por toda a equipe, o espaço físico ainda era bem improvisado, porque a escola ainda estava em fase de construção algumas reformas e adaptações ainda estavam sendo realizadas. Apesar da nova escola ser bem distante da nossa residência, mesmo assim nos esforçávamos para levá-lo todos os dias para que ele se adaptasse o quanto antes e não fosse prejudicado em seu aprendizado, inclusive o levávamos em seus atendimentos no AEE que no início acontecia em horário oposto as aulas, e que depois foi mudado para o mesmo horário da aula. No ano seguinte os atendimentos do AEE tiveram que ser adaptados para o mesmo horário das aulas, pois a professora responsável pelo atendimento naquele ano era de outra cidade e não tinha condições de vir atender em horário oposto as aulas.

Neste período percebemos que o seu envolvimento e desenvolvimento já não eram como antes, demonstrava desinteresse pela escola e pelas atividades, por vezes até simulava estar sentindo alguma dor para que não o mandássemos a escola, a partir de então percebemos que a escola e os atendimentos no AEE já não o atraíam mesmo.

O processo de inclusão escolar do nosso filho estava sendo muito mais difícil do que imaginamos, mas como pais não podíamos deixar de lutar por um espaço educacional onde ele pudesse receber o devido suporte. Queríamos apenas um atendimento escolar mais humanizado, que ele recebesse apoio e incentivo em seu aprendizado, para que percebesse que embora tivesse algumas dificuldades ou peculiaridades mesmo assim seria tão capaz de aprender e se desenvolver quanto qualquer outra criança, não queríamos simplesmente que o tratassem como se

fosse um aluno que estava no ambiente escolar apenas pra brincar e ter contato com outras crianças.

Cunha (2013) fala que as práticas docentes relacionadas a inclusão escolar ainda obedecem a um sistema de ensino tradicional isso se deve por causa da falta de capacitação adequada dos docentes.

Vê-se que, a busca por respostas às questões geradas pela demanda da inclusão, no que tange às práticas docentes, os professores se apóiam nas teorias tradicionais de ensino e aprendizagem, pois não há a consolidação de um arcabouço teórico específico. Ademais, há carências quanto à formação docente. É visível a fragmentação formativa, com diferentes abordagens em diferentes instâncias formadoras (CUNHA, 2013, p. 44).

São muitas as dificuldades enfrentadas quando falamos de inclusão, inclusive dentro dos espaços escolares. Vemos professores sem a devida capacitação e sem interesse, escolas que não recebem suporte do governo as salas de aula são na maioria das vezes super lotadas, também precisamos lidar com o preconceito existente mesmo que de forma velada, escolas que se recusam aceitar crianças que precisam de um acompanhamento diferenciado.

E no meio destas tantas situações estão as crianças que precisam ser inseridas e receber o atendimento necessário para o seu desenvolvimento, atendimento esse que por muitas vezes só requer apenas um pouco mais de atenção e paciência por parte do educando. Conhecer o aluno, suas dificuldades e suas limitações em muitos casos já pode ser considerado como um grande avanço dentro do processo de inclusão.

Também procuramos deixar claro que a inclusão escolar não é um processo simples de ser efetivado. Pelo contrário, é um processo complexo que exige esforço conjunto e dedicação de todos aqueles que estão envolvidos com a questão educacional e, particularmente, com a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais na sala comum da escola regular. No entanto, além dos obstáculos, evidenciamos o quanto a inclusão pode ser benéfica não apenas para o aluno com necessidades educacionais especiais, mas também para seus colegas, professores e para toda a comunidade (SILVA, 2010, p. 132).

O autor aponta que o trabalho relacionado ao processo de inclusão não é algo assim tão simples, exige muito esforço e dedicação para que se haja êxito, mas também não podemos vê-la como sendo algo inacessível ou impossível de acontecer. Os alunos com necessidades especiais estão nas escolas e não podemos privá-los de direitos, principalmente o direito de se tornar um cidadão. Uma

vez que o educador assume essa postura, todos ganham inclusive essa criança que só tem uma forma diferenciada de apropriar-se de seus conhecimentos.

6.1 Atual Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Passaram-se dois anos, até que por fim mais uma vez conseguimos mudá-lo de escola, dessa vez para uma escola do Estado, onde estuda atualmente. Na atual escola as coisas foram bem diferentes, não por possuir mais condições ou recursos, mas por que percebemos que forma com que o profissional responsável pelo atendimento do AEE faz um trabalho excepcional não apenas ao nosso filho, mas a todos os alunos que precisam do atendimento, os avanços foram e estão a cada dia sendo perceptíveis e significativos.

Quando o mudamos de escola pela terceira vez nos sentimos muito inseguros com todas as situações já vivenciadas em outras instituições, mas sabíamos que precisávamos continuar lutando para garantir seus direitos. Ao chegarmos na escola também fomos muito bem recebidos pela equipe gestora, apresentamos a sua situação e falamos da necessidade de atendimento educacional especial. Logo nas primeiras semanas conhecemos a professora do AEE e que de pronto demonstrou ser atenciosa e prestativa com seus alunos e também com os familiares.

Algo bem interessante que aconteceu logo no início do ano letivo, foi um encontro com os pais e alunos especiais promovido pela professora do AEE. O encontro foi realizado na escola mesmo dentro da própria sala do AEE para que pudessemos conhecer e nos familiarizar com aquele ambiente que nossos filhos passariam a frequentar a partir de então. Na ocasião cada pai pode relatar sucintamente suas histórias e quais seriam as maiores dificuldades enfrentadas por seus filhos, pais e filhos foram apresentados a toda equipe gestora escolar. Foi algo muito simples, mas que ao nosso entendimento facilitou bastante o relacionamento entre família e escola. Também nos apresentou um cronograma explicando como aconteceriam os atendimentos e definimos juntamente com a professora os dias e horários de cada um. Atitudes muito simples, mas com efeitos muito positivos, a cada ação demonstrada pela professora percebíamos o interesse e a dedicação para com nossos filhos.

O trabalho que é realizado com as crianças do AEE nesta escola não é algo sobrenatural fora da realidade, o que as crianças que participam ali recebem

basicamente está relacionado ao incentivo, motivação carinho e respeito, vindos não apenas de uma educadora, mas de uma pessoa muito humana, que enxerga e acredita no potencial de cada um de seus alunos independente de suas limitações.

Os atendimentos do AEE envolve trabalhos como palestras com assuntos do interesse da comunidade escolar no sentido de orientar e esclarecer a respeito das necessidades especiais dos seus alunos. Como os outros alunos podem contribuir em relação a eles, como eles devem ser tratados no cotidiano escolar, para que se sintam parte da escola e não apenas que estejam dentro deste espaço com o intuito de receber atenção diferenciada. Também são desenvolvidos projetos onde as próprias crianças palestram ou apresentam seus trabalhos em forma de exposição, com assuntos ou conteúdos que cada um tem maior facilidade e interesse, mostrando as diferentes formas de conhecimento que o ser humano possui.

Estratégias assim permitem que as crianças percebam e entendam que não sabemos ou possuímos conhecimento maior que o outro, apenas que nossos conhecimentos e formas de aprender são diferentes.

Cunha (2013) diz que o professor é peça fundamental no processo de inclusão e tem participação direta no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos não apenas dentro do AEE mas dentro de toda da comunidade escolar.

O professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício mas também em razão da função social do seu papel. O professor precisa ser valorizado, formado e capacitado. O trabalho na educação é uma construção que dependerá da compleição do solo, do tempo, dos imprevistos, da qualidade do material que utilizaremos das pessoas com quem trabalharemos e principalmente, dos arquitetos que a projetarão e engenheiros que a edificarão. Estes dois últimos são papéis do conjunto de professores sobre os quais recaem de maneira intensa a execução das políticas da educação no Brasil.(CUNHA, 2013, p. 17).

Dessa forma entendemos que está nas mãos do professor querer fazer o possível para que a inclusão de alunos com alguma necessidade específica seja de fato uma realidade no contexto e cotidiano escolar. Realizar um trabalho de qualidade e competência pode as vezes não depender apenas de excelentes condições de trabalho, um pouco mais de dedicação e um olhar humano também são estratégias que sem dúvidas apresentam resultados muito significativos para ambos.

Cunha (2013) fala sobre casos de crianças que apresentavam autismo considerado severo e com o envolvimento dos professores e dos pais, aconteceram mudanças significativas. “O quadro severo passou a fazer parte do passado”. (CUNHA, 2013, p. 21). Não podemos negar que o fato de uma criança possuir alguma necessidade educativa especial pode e possivelmente levará um tempo maior em relação aos outros alunos no processo de aprendizagem. Precisamos entender que o fato desse aluno necessitar de um espaço de tempo diferenciado não o torna incapaz.

Respeitar a forma de aprender e de desenvolver que cada ser humano tem, torna a educação inclusiva uma realidade e mostra que é totalmente possível, mesmo quando parece que estamos remando na contra mão da maré.

Há casos cuja severidade luta contra nossa esperança e capacidade. Mas ainda assim, o trabalho poderá suscitar ganhos, e todo ganho será sempre um progresso. Não acreditamos em educação inócua, infértil. Acreditamos em uma educação realista, não conformada, ousada e possível. (CUNHA, 2013, p. 21).

Sabemos que as dificuldades sempre existirão, mas como pais não podemos deixar de lutar e acreditar no potencial de nosso filho. Acompanhamos diariamente sua evolução, mesmo que seja em coisas que para outros considerados “normais” são tão pequenas, mas para ele e para nós sabemos que cada conquista cada avanço são importantes degraus na escada de sua vida.

O professor consciente de sua responsabilidade sabe que o mínimo feito a um aluno refletirá diretamente em seu futuro tornando-o em um adulto capaz e realizado por ter conseguido transpor as barreiras do preconceito intrínseco em nossa sociedade. O educador é e sempre será o mediador do aprendizado através de seus diferentes e variados saberes.

Os saberes dos professores não provêm de uma única fonte, mas têm diferentes origens. Partem de sua história pessoal e social, da sua subjetividade, dos seus grupos de pertença, das suas crenças, da família, da mídia, da cultura e de tantas outras fontes. A questão é descobrir como os docentes amalgamam esses conhecimentos. (CUNHA, 2013, p. 45).

Muitas vezes o próprio sistema dificulta o desenvolvimento de um trabalho com mais qualidade, não investe, não valoriza uma profissão tão nobre e importante como a de um professor. “Precisamos de formação profissional, capacitação humana e de políticas públicas que dêem condições práticas às escolas no exercício da educação inclusiva”. (CUNHA, 2013, p. 26). O trabalho no contexto educação por si

já é muito cansativo, ainda mais quando se trata de educação especial, essa modalidade exige ainda mais do professor tanto fisicamente como psicologicamente.

Quando os alunos adquirem confiança e segurança no professor eles transferem seus medos e incertezas e também dividem suas conquistas, tornando o trabalho gratificante e realizador. Os avanços e o aprendizado nestes casos são facilmente percebidos, e sempre satisfatórios.

No caso do nosso filho não foi diferente, hoje podemos perceber nitidamente que ele se sente mais seguro, gosta de ir pra escola, não admite faltar as aulas, já consegue estabelecer laços de amizade sendo que antes uma das suas maiores dificuldades eram exatamente o relacionamento interpessoal. Em relação ao seu aprendizado percebemos que mesmo diante das suas limitações, ainda assim ele se sente capaz e continua progredindo dia após dia. A seguir um relato da fala do Vitor dizendo com se sente atualmente na escola em que estuda.

No começo me sentia um pouco irritado porque as pessoas não me entendia, e nem eu entendia muito bem as a pessoas, mas com o tempo consegui me adaptar melhor na escola, conheci várias pessoas. O trabalho que a professora do AEE faz comigo é muito legal, tipo ela me ajuda muito a entender coisas que eu não entendo, explica de um jeito mais fácil modifica as coisas aí eu entendo. Por exemplo, na matemática, eu não sabia como funcionava a divisão, por mais que me explicassem eu não conseguia entender e me sentia muito mal. Mas recentemente consegui com a ajuda dela entender como funciona isso e é muito legal poder entender as coisas sabe.

Quando ela fala de um jeito sei lá diferente sem muita pressa parece que a minha cabeça consegue sacar entende? Gosto muito dos projetos que fazemos no AEE, cara parece que estou vivendo tudo aquilo de verdade, fizemos um planetário lá que foi top demais agora estamos fazendo uns dinossauros pra uma outra exposição, isso é muito dez parece que sei lá vou pra outro mundo, “risos” porque são coisas diferentes e cada um tem um jeito certo de aprender e assim todo mundo se envolve fazendo alguma coisa que gosta e lógico aprendendo também.

Agora estou mais acostumado com a rotina e me sinto bem melhor lá, se esta escola tivesse ensino médio e faculdade eu queria ficar estudando lá pra sempre e não precisaria mudar daqui pra estudar em outro lugar.

Concluo assim este trabalho mostrando que é possível sim realizar atos de sucesso dentro de um processo de inclusão de fato e de verdade, ao ver este relato

acima percebe-se que é possível sim, porém é um papel que todos devem assumir, a família, a escola e o professor, todos unindo forças, acreditando sempre no potencial existente em cada um.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação inclusiva em nosso país ainda é um grande desafio, muitas conquistas já foram alcançadas mas ainda temos muito o que avançar. A inclusão é um direito assegurado por lei e também é um assunto muito discutido atualmente principalmente na esfera da educação. Os alunos com necessidades especiais sempre existiram e sempre existirá, o que precisamos perceber é que enquanto educadores, pesquisadores, e até mesmo familiares dessas crianças ou desses alunos, nosso pensamento e forma de agir é que precisa ser transformado.

Acreditar e investir na capacidade do outro enquanto ser humano nos permite ter um olhar diferenciado e encorajador para com aqueles que diante das mais diferentes e inúmeras causas, nasceram e continuarão nascendo com suas limitações, peculiaridades, e formas diferentes de apropriar-se do conhecimento.

Somos professores, auxiliares na construção do pleno conhecimento, facilitadores, mediadores, mas também somos humanos que incentivam e acreditam no potencial existente em cada um. Ensinamos não apenas o mundo das letras, mas marcamos vidas com nossas práticas pedagógicas, e com pequenos gestos de carinho e afeto demonstrados aos nossos alunos.

Muitas foram às contribuições adquiridas com o desenvolvimento desse trabalho. As leituras possibilitaram-me a perceber que com o passar dos tempos as pesquisas científicas tanto na área médica quanto educacional evoluíram muito, trazendo esclarecimentos e um olhar diferenciado da sociedade em relação as pessoas com necessidades especiais. Despertando também um novo olhar do Estado para uma educação mais inclusiva mesmo que ainda seja um tanto quanto precária, as mudanças estão acontecendo.

Também me fez perceber que não podemos deixar de ofertar o mínimo dentro das possibilidades existentes. Se não recebemos as condições adequadas para o desenvolvimento de um trabalho de excelência, devemos sim buscar fazer com que as leis sejam obedecidas, mas sem jamais nos esquecer que enquanto bons profissionais devemos realizar nosso trabalho com amor e responsabilidade. Lembrando sempre que nossos atos e atitudes refletem diretamente na vida de um ser humano que está em pleno desenvolvimento.

Percebe-se que atualmente algumas escolas e educadores estão se mobilizando para ofertar um atendimento mais adequado e uma educação mais inclusiva a esse alunado. Algumas mudanças já podem ser percebidas em

determinadas instituições, mesmo diante das inúmeras dificuldades e problemas enfrentados em nosso país por parte do sistema governamental ainda assim é possível perceber a existência de pessoas engajadas a favor da inclusão. Mesmo havendo todo um discurso e leis que regulamentam a educação inclusiva, os resultados obtidos através desta pesquisa demonstram que ainda não podemos afirmar que a verdadeira inclusão já é algo existente principalmente na comunidade escolar. O caminho a ser percorrido ainda é bem longo, o fato de crianças com necessidades específicas estarem no mesmo ambiente educacional que outros alunos não quer dizer que estes estão inclusos no contexto educacional de aprendizagem.

Salas de Atendimento Educacional Especializado sem objetivo, e sem capacitação adequada dos professores não garante ao aluno uma inclusão verdadeira. As mudanças precisam acontecer não apenas no interior da escola com tais adaptações, mas as transformações devem estar relacionadas diretamente com a forma de pensar e agir de toda comunidade escolar. Uma escola inclusiva não é aquela que apenas acolhe alunos com necessidades especiais, mas é aquela que oferece condições para que ele permaneça e avance cada vez mais rumo aos seus objetivos galgando sempre alcançar níveis mais elevados nos seus conhecimentos educacionais.

Assuntos envolvendo questões ligadas a educação e a inclusão escolar não podem ser considerado encerrados ou acabados. Novas pesquisas relacionadas a este assunto devem e precisam continuar acontecendo. Na educação sendo especial ou não os desafios sempre existirão, o ser humano também sofre mudanças e cada um é um ser diferente e único. As respostas aos mais diferentes questionamentos também não é algo pronto ou finalizado, as adaptações sempre serão necessárias. Cabe a cada um de nós educadores, nos dispormos em sair da nossa zona de conforto em busca de novas e diferentes formas de atender nossos atuais ou futuros alunos.

É direito de todos a igualdade do ensino nos termos da lei, mas não significa que todos devem receber os mesmos estímulos e recursos pedagógicos, cada um precisa ser estimulado de acordo com suas condições e necessidades específicas, sendo que cada indivíduo aprende ao seu tempo e ao seu modo. A nós professores que possamos fazer com esmero e dedicação.

Para tanto espera-se que este trabalho contribua de forma a despertar em nós futuros e atuais professores a importância da valorização de nossos alunos, mesmo que sejam especiais, projetando-os sempre a alcançar seus objetivos.

Aos pais de crianças especiais que acreditem no potencial existente em seus filhos, lutando pelos seus direito a educação, pois esta é a melhor herança e forma de proteção que podemos oferecer aos nossos filhos.

Aos próximos colegas pesquisadores desejo-lhes que ampliem a visão e o interesse em se envolver e desenvolver pesquisas relacionadas a educação inclusiva em nosso sistema educacional de ensino.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Tempo para Tudo**. São Paulo: Almeida João Ferreira, 2008.

_____**AMA-ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA** Missão da AMA. Disponível em: <<http://www.ama.org.br/site/centro-de-conhecimento.html>> Acesso em: 24 abr 2018.

_____**BRASIL**. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: Planalto, 1996 Disponível em:>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 18 fev 2018.

CAMARGOS, Junior. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**. 2 ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola**: 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

_____**Decreto Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146**, de 06 de Julho de 2015. Brasília: Planalto, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário de Português**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Maria Eliza Caputo, GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONZÁLEZ, Eugenio. **Necessidades educativas especiais**: Porto Alegre: DP&A, 2007.

KANNER, Leo. **Autisc Disturbance Of Affetive Contact. Nerv Child**. Tradução JUNIOR, Walter Camargos. Brasília: Corde, 2005.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação Inclusiva Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental**: 2ed. Brasília: Seesp, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência**, [S.L.]: 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-9**. Descrição clínica e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10. Transtornos Mentais para Diagnósticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ROBISON, John Elder. **Olhe nos Meus Olhos**: São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

SILVA, Aline Maira. **Educação Especial e Inclusão Escolar**: Curitiba: Ibplex, 2010.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE VILHENA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DACIE**

Av. 02, nº 3756 – Jd. Social / Vilhena-RO / Cep: 78.995-000
Fone/Fax: (69)3321-3072 – Fone: (69) 3321-3957 E-mail: dacie@unir.br

**ANEXO X
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Autorizo a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Vilhena a publicar a Monografia apresentada para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia, livre de quaisquer ônus que isso implique em reserva de direitos autorais:

Acadêmico (a): Sirlei de Paula Lima

Tema: Inclusão Escolar de um Aluno Autista do Início da Escolarização ao Ensino Fundamental: Um Relato de Experiência

Orientador (a): Prof^a. Esp. Fernanda Emanuele Souza de Azevedo

Local da Defesa: Universidade Federal Rondônia UNIR – Campus Vilhena

Assinatura do Acadêmico (a)